

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 1 DO ARTIGO 20º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO PELO D. L. 18/2008 DE 29 DE JANEIRO, NA REDAÇÃO QUE LHE FOI CONFERIDA PELO DECRETO-LEI N.º 111 – B/2017, DE 31 DE AGOSTO E LEI 30/2021, DE 21 DE MAIO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E MEDICINA NO TRABALHO

**CADERNO DE ENCARGOS
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO
E MEDICINA NO TRABALHO**

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de **Medicina no Trabalho** e de **Higiene e Segurança no Trabalho**, para o período de 24 meses, a contar da data da outorga do contrato, para cumprimento da Lei 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação, de acordo com o presente Caderno de Encargos e Lista de Artigos disponíveis na plataforma eletrónica www.acingov.pt.

2- Os serviços de Medicina no Trabalho, abrangem um universo de 355 trabalhadores, discriminados por dois grupos de idades, tendo 152 trabalhadores idade até 49 anos e 203 trabalhadores idade a partir dos 50 anos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato será elaborado na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, devendo constar os elementos referidos no n.º1 do artigo 96.º do CCP.

3 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Gestor de contrato

1- Para efeitos de acompanhamento permanente da execução do contrato, o Município de Nelas deve designar um ou mais gestores de contrato, nos termos do estipulado no art.º 290.º - A e da al. i) do n.º 1 e n.º 7 do artigo 96.º do CCP, sob pena de nulidade do contrato administrativo.

2 – A menção ao gestor de contrato deve constar do clausulado contratual, de acordo com o estipulado na alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP.

3 - A designação do(s) gestor(es) do contrato é feita segundo despacho do órgão com competência para contratar.

Cláusula 4.ª

Prazo

1 – Os serviços vigoram por um período de **24 meses** a contar da data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

1- SERVIÇOS DE MEDICINA NO TRABALHO

1.1. – Realizar exames de vigilância da saúde, elaborar relatórios, fichas e registos clínicos dos trabalhadores, sempre que necessário, mantendo-os organizados e atualizados;

1.2 – Desenvolver atividades de promoção da saúde;

1.3 – Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis;

1.4 – Elaborar as participações obrigatórias, em caso de acidente de trabalho ou doença profissional;

1.5–Manter atualizados, para efeitos de consulta, os seguintes elementos: resultados das avaliações de riscos profissionais, lista de medidas propostas ou recomendações formuladas pelos serviços de segurança e saúde no trabalho; lista e relatório de acidentes de trabalho e listas das situações de doenças profissionais participadas.

1.6 – De acordo com a legislação (art.º 108.º da Lei 102/2009, de 10 de setembro) o empregador deve promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar e avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na saúde do mesmo.

1.7 – As consultas de vigilância da saúde devem ser efetuadas por médico que reúna os requisitos previstos no artigo 103.º da Lei 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação.

1.8 – Sem prejuízo do disposto em legislação especial, devem ser realizados os seguintes exames de saúde:

1.8.1 – Exames de admissão – antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes;

1.8.2 – Exames periódicos – anuais para os trabalhadores com idade a partir dos 50 anos (203) e de 2 em 2 anos para os trabalhadores até 49 anos (152);

1.8.3 – Exames ocasionais – sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente;

1.8.4 - Exames Complementares – a realização destes exames é definida pelo Médico do Trabalho, de acordo com o aplicável a cada setor de atividade, entre eles, a recolha e análises clínicas de sangue e urina, Espirometria, cardiofrequenciómetro, IMC, eletrocardiograma, visioteste e audiograma.

1.9 – Na sequência da realização dos exames de saúde elencados no ponto anterior, o Médico do Trabalho deve preencher uma Ficha de Aptidão (FAM). Uma cópia da FAM deve ser dada ao responsável pelos recursos humanos do Município e outra cópia deve ser dada ao trabalhador, o qual a deverá assinar e datar.

1.10 - Face ao resultado dos exames de saúde realizados, o trabalhador pode ser considerado apto, apto condicionado ou inapto para a realização das atividades laborais. Face à inaptidão ou aptidão parcial para o trabalho, o Médico do Trabalho deve indicar, sendo caso disso, outras funções que o trabalhador possa desempenhar.

1.11 – Os exames de saúde aos trabalhadores no âmbito da Medicina no trabalho elencados no ponto 1.8, deverão ser realizados nas instalações do Município de Nelas destinadas para esse efeito, e compreendem:

- a) Recolha e análises clínicas de sangue e urina: Hemograma, Glicémia, Colesterol Total, Colesterol HDL, Triglicerídios, Ácido Úrico, Creatinina, Cálcio, Ferro, Velocidade de sedimentação, Urina (tipo II);
- b) Espirometria – Avaliação da função respiratória;
- c) Cardíofrequenciómetro – Avaliação da componente cardíaca (pressão arterial, frequência cardíaca, auscultação e saturação de oxigénio);
- d) Índice de Massa Corporal (IMP) – Avaliação da composição corporal (peso e altura);
- e) Eletrocardiograma – Avaliação da função cardíaca;
- f) Visioteste – Avaliação da função visual;
- g) Audiograma – Avaliação da função auditiva.

1.12 – As observações clínicas relativas aos exames médicos são anotadas em “fichas clínicas”, as quais devem cumprir o estipulado no artigo 109.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação.

1.13 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

1.14 – Quanto à carga horária, prevê-se 16 horas mensais de medicina no trabalho (2 visitas mensais de 8 horas) e 12 horas mensais de enfermagem (3 visitas mensais de 4 horas).

2– SERVIÇOS DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

2.1 – No que toca aos serviços de Higiene e Segurança no Trabalho, devem ser tomadas as medidas necessárias para prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores, pelo que caberá ao prestador de serviços o cumprimento do disposto no artigo 73-B da Lei 102/2009, de 10 de setembro, nomeadamente:

- a) Analisar a Conformidade Legal aplicável à área de Segurança e respetivas listas de verificação;

- b) Planear a prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades da empresa, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
 - c) Proceder à avaliação dos riscos (incluindo os riscos psicossociais), elaborando os respetivos relatórios;
 - d) Elaborar o plano de prevenção de riscos profissionais, bem como planos detalhados de prevenção e proteção exigidos por legislação específica (instalações locais, equipamentos e processos de trabalho);
 - e) Avaliação de riscos específicos: ruído ocupacional, iluminação, ambiente térmico e segurança de máquinas, se e onde aplicável;
 - f) Acompanhar o plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros;
 - g) Colaborar na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como na escolha e na manutenção de equipamentos de trabalho;
 - h) Supervisionar o aprovisionamento, a validade e a conservação dos equipamentos de proteção individual, bem como a instalação e a manutenção da sinalização de segurança;
 - i) Coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente;
 - j) Desenvolver atividades de promoção da saúde;
 - k) Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis;
 - l) Conceber e desenvolver o programa de informação para a promoção da segurança e saúde no trabalho, promovendo a integração das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa;
 - m) Conceber e desenvolver o programa de formação para a promoção da segurança e saúde no trabalho;
 - n) Monitorizar e implementar as tarefas relacionadas com a segurança e saúde no trabalho;
 - o) Apoiar as atividades de informação e consulta dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores;
 - p) Assegurar ou acompanhar a execução das medidas de prevenção, promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
 - q) Organizar os elementos necessários às notificações obrigatórias;
 - r) Elaborar as participações obrigatórias em caso de acidente de trabalho ou doença profissional;
 - s) Acompanhamento do Plano de segurança interno;
- Para além das alíneas supra, deverá ainda o prestador de serviços dar cumprimento obrigatório e integral ao artigo 73.º-B da Lei 102/2009 de 10 de setembro, sob pena de contraordenação grave pelo seu incumprimento.

Cláusula 6.ª

Fases da prestação dos serviços

1 - Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases principais, para além das atividades acessórias que a elas correspondam:

1.1. MEDICINA NO TRABALHO:

- a) Realização de exames;
- b) Consulta médica;
- c) Entrega das respetivas fichas de aptidão nos serviços e ao trabalhador.

1.2. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO:

- a) Visitas técnicas às instalações e elaboração dos respetivos relatórios de verificação, com periodicidade quinzenal;
- b) Elaboração do Relatório Anual da Atividade de Higiene e Segurança no Trabalho.
- c) Acompanhamento do Plano de Emergência;
- d) Acompanhamento do Plano de Segurança Interno.

Cláusula 7.ª

Forma da prestação do serviço

- MEDICINA NO TRABALHO

1- Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade anual, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Nelas, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião, devendo o Município de Nelas garantir:

- a) O acesso dos técnicos do prestador de serviços às instalações do Município apropriadas para o efeito e cedência de informação existente sobre a matéria;
- b) Criação da equipa de Medicina do Trabalho, constituída por colaboradores do Município de Nelas e a designação de um responsável por esta equipa, que vai servir de elo de ligação entre o Município e o prestador de serviços;
- c) A implementação das ações acordadas nas reuniões do Município de Nelas com o prestador de serviços, nos prazos recomendados.

2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a:

- a) Assegurar a disponibilidade dos seus técnicos e recursos para a concretização de cada etapa;
- b) Gerir tecnicamente a implementação das medidas recomendadas e assegurar a obtenção dos resultados previstos;
- c) Total confidencialidade da informação recolhida aquando das visitas técnicas;

– HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

1- Para o cumprimento da legislação aplicável e de todas as tarefas elencadas nas cláusulas anteriores, o prestador de serviços fica obrigado a manter visitas mensais do técnico superior de segurança, com a duração de 26 horas, distribuídas preferencialmente por uma visita semanal de 6,5 horas.

2- Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade anual, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Nelas, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião, devendo o Município de Nelas garantir:

- a) O acesso dos técnicos do prestador de serviços às instalações do Município e cedência de informação existente sobre esta matéria;
- b) A criação da equipa de Higiene e Segurança no Trabalho, constituída por colaboradores do Município de Nelas e a designação de um responsável por esta equipa, que vai servir de elo de ligação entre o Município de Nelas e o prestador de serviços;
- c) A implementação das ações acordadas nas reuniões do Município de Nelas com o prestador de serviços, nos prazos recomendados.

3 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

4 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a assegurar a disponibilidade dos seus técnicos e recursos para a concretização de cada etapa, gerir tecnicamente a implementação das medidas recomendadas e assegurar a obtenção dos resultados previstos e garantir total confidencialidade da informação recolhida aquando das visitas técnicas.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Nelas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato.

Secção II

Obrigações do Município de Nelas

Cláusula 10.ª

Preço Base e Preço contratual

1- O preço base estipulado para a presente prestação de serviços é de **56.125,13 €** (cinquenta e seis mil, cento e vinte e cinco euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao montante máximo que o Município de Nelas se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do mesmo, preço este obtido de acordo com os preços praticados no mercado, por apuramento da média dos mesmos em sede de consulta preliminar nos termos do art.º 35.º A do CCP.

2 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Nelas deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3— O preço referido no número um inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Nelas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

2 — Em caso de discordância por parte do Município de Nelas, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Nelas pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, de acordo com o regime sancionatório que a lei determine.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Nelas, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor dos serviços em atraso.

3 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Nelas tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4 — O Município de Nelas, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Nelas, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Nelas, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso total ou parcial na conclusão dos serviços referentes a cada fase do contrato superior a 2 dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Nelas.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o Município de Nelas deve notificar o adjudicatário para que este cumpra a obrigação em falta num prazo razoável, sob pena de se considerar o incumprimento como definitivo.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses.

2 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Nelas, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Alterações ao Contrato

1 - Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2 - A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3 - O contrato pode ser alterado por:

- a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato;
- b. Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
- c. Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do art.º 312.º do CCP.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência, nos termos do art.º 313.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV **Caução e seguros**

Cláusula 17ª

Execução da caução

Atendendo ao valor estimado no concurso e de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 18.ª

Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação dos serviços em causa, nomeadamente acidentes pessoais.

2 — O Município de Nelas, pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo CCP, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação e restante legislação aplicável, nomeadamente a Lei 102/2009, de 10 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro e Lei 35/2014, de 20 de junho.